

São Paulo, 13 de março de 2015
ECON 06/2015

À
**AGENERSA - AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO
BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
Rua 13 de Maio, 23 – 23º andar
Rio de Janeiro

Ref. Contribuição à Audiência Pública “Estímulos para a
Interiorização da Distribuição de Gás Natural Canalizado
do Estado do Rio de Janeiro por meio do Gás Natural
Comprimido – GNC”

Prezados Senhores,

Os consumidores de gás natural estabelecidos no Estado do Rio de Janeiro, neste ato representados pela Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM, apresentam suas considerações para a regulamentação dos Estímulos para a Interiorização da Distribuição de Gás Natural Canalizado do Estado do Rio de Janeiro por meio do Gás Natural Comprimido – GNC.

Preliminarmente, é de se registrar que a ABIQUIM recebe com **indignação e cautela** a proposta dessa AGENERSA quanto à metodologia de cálculo do encargo tarifário Gás Natural Comprimido – GNC, que acaba por criar mais um ônus despropositado para todos os consumidores.

Indignação porque, qualquer encargo destinado a cobrir custos afetos às concessionárias e usuários de GNC, refletem evidente e indevida transferência de recursos dos consumidores de gás natural para a CEG e CEG Rio.

Maior indignação, no entanto, por verificar que a distribuição de GNC foi tratada pelo Governo de Estado e pelas concessionárias como um serviço típico do Estado a exigir contraprestação a título de outorga compensatória, conforme se vê dos 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Ceg e 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Ceg-Rio.

Tratando-se de atividade de responsabilidade da União, por não se confundir, por evidente, com serviços locais de gás canalizado nos termos da Constituição Federal, qualquer outorga por parte do Estado do Rio de Janeiro, inclusive remunerada, revelase inconstitucional e gera questionamentos na medida em que escapa do regime de monopólio e avilta o conceito de receita requerida exigida para a prestação dos serviços objeto do contrato de concessão.

Não bastasse, a formalização dos aditivos contratuais e também a sua valoração foram realizadas em total sigilo, violando o princípio da transparência a que se obrigam o Estado e essa r. Agência.

Por sua vez, cautela por vários motivos; o primeiro em vista da falta de clareza da proposta em face dos processo tarifários encerrados e da escassez de detalhamento da metodologia a impingir total impossibilidade de análise minuciosa.

Nessa linha de raciocínio, ainda, não ficou claro para os associados da Abiquim se as propostas das concessionárias seriam incluídas novamente no seu plano de investimento e como poderiam ser objeto de efetiva fiscalização e acompanhamento, dado que, como já constatado, as concessionárias de gás canalizado receberam por investimentos jamais realizados.

Ao depois, vale esclarecer, que a proposta, embora embasada numa Lei estadual de 2013, teve por intuito permitir que consumidores distantes das redes de distribuição e onde essas seriam inviáveis financeiramente possam vir a ser atendidos pela concessionária de distribuição de gás canalizado através do fornecimento de GNC – gás natural comprimido mediante as mesmas condições comerciais que aqueles atendidos pela rede distribuição.

Como sua aplicação deve se dar necessariamente em áreas nas quais a inviabilidade de rede de distribuição seja constatada, é evidente a possibilidade de que o fornecimento através de GNC possa ter um aumento de custo menor que a construção dessa rede, todavia, também essa informação e necessária comparação não foi explicitada na metodologia e deixa séria margem de dúvidas quanto à sua veracidade.



Poder-se-ia admitir que a implementação do GNC viesse a permitir a substituição de gasodutos físicos por gasoduto virtual. No entanto, não sendo expressa e evidente na proposta e na lei, essa aplicação somente poderia realizar-se no caso em que o gasoduto virtual se verificasse economicamente mais atrativo e, neste caso, haveria de ser realizada imediatamente uma revisão tarifária extraordinária para a exclusão de ativos físicos previstos na base de remuneração fixada para o respectivo ciclo tarifário.

Disso decorre que, caso as concessionárias viessem a ser autorizadas a operar gasodutos virtuais, todos os custos associados à sua construção e operação, deveriam ser previamente aprovados por essa Agência mediante auditoria e comparação com custos de mercado, o que, quer nos parecer, nem de longe foi aventado no âmbito da presente consulta pública.

Ademais, as fórmulas apresentadas nas propostas das concessionárias identificam uma anomalia, que, se confirmada, deve ser tomada por apropriação indébita da margem de distribuição, a ser cobrada em duplicidade, pois será paga pelos consumidores atendidos pelo GNC e também repassada para todos os usuários via encargo tarifário.

Como os consumidores atendidos pelo GNC pagarão o mesmo valor que aqueles atendidos pela rede de distribuição, na sua tarifa já estará embutida a margem de distribuição da concessionária, embora o consumidor não esteja fazendo uso do sistema de distribuição. Além disso a referida margem de distribuição, quando calculada pelo Ente Regulador não considera o volume atendido por GNC. Dessa forma a concessionária estará recebendo uma remuneração maior à que faz jus, equivalente ao produto da margem de distribuição pelo volume de GNC comercializado.

Para o cálculo do encargo ora proposto, é considerada uma receita a ser compensada que inclui a somatória de todos os custos de compressão, transporte e descompressão do gás fornecido como GNC, definidos como os custos extras para o suprimento de GNC. Essa receita será então dividida pelo somatório do volume comercializado pela concessionária. Como esses consumidores não utilizaram a rede de distribuição, a



parcela referente à margem de distribuição deveria ser deduzida dessa receita. Além disso não está claro na metodologia proposta a somatória dos volumes de forma a incluir também aqueles comercializados como GNC.

Neste contexto, verifica-se que as tarifas vigentes já abrangem os custos de operação e manutenção cuja função é o atendimento de todo o consumo previsto e considerado na revisão tarifária levada a efeito para o ciclo 2013/2017, de modo que não há lugar e nem se pode pensar em criar qualquer encargo tarifário a ser pago pelos consumidores da CEG e CEG-Rio, tendo em vista sua flagrante ilegitimidade.

Certos por contar com a atenção dessa r. Agência, a ABIQUIM coloca-se à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais, ao tempo que renova os sinceros votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



Fátima Giovanna Coviello Ferreira
Diretora de Economia e Estatística